

DF - metrô Obra desligada

O dicionário da indecência política brasileira criou os termos "obras interrompidas", "obras superfaturadas" e "obras incompletas", mas ainda não formulou o conceito de "obras desligadas". Aquelas que estavam em funcionamento e foram paralisadas como forma de pressão para obtenção de mais recursos públicos, ou para enganar eleitores fazendo reinauguração.

O Brasil inteiro está coberto com a foto do juiz Nicolau, procurado pelo crime de roubar recursos públicos, deixando uma obra incompleta, mas não há qualquer foto de governante que tenha paralisado obras que recebeu já em funcionamento. O Ministério Público, o TCU e o Congresso estão preocupados com obras inacabadas, mas não levam em conta as obras desligadas.

Imaginem se o juiz Nicolau tivesse construído o prédio do TRT até a metade e, para justificar o recebimento de mais verbas, mandado os funcionários para casa, paralisado a parte pronta e começasse a pedir mais dinheiro. Foi isso o que aconteceu com o metrô de Brasília.

No dia 18 de maio de 1998, o metrô começou a funcionar regularmente desde Samambaia e Taguatinga até a Galeria dos Estados, no Plano Piloto. Transportava 20.000 passageiros por dia enquanto continuavam as obras até a Rodoviária, num lado, e até Ceilândia, no outro.

Em 14 de janeiro de 1999, o novo governo do Distrito Federal desligou o metrô e parou as obras. Antes disso, foram transportados quase quatro milhões de passageiros, sem qualquer incidente. O metrô estava em pleno funcionamento, naquele trecho, atendendo ao povo daquelas cidades. Apesar disso, ele foi desligado. Nem o Nicolau fez igual.

Neste ano, o metrô de Paris completou 100 anos, mas continua em obras. Sempre falta acrescentar mais um trecho, abrir novas estações. Um metrô funciona ou não funciona, concluído ele não fica jamais. Depois de chegar à Ceilândia e à Rodoviária, o metrô de Brasília teria que se expandir até o Gama e Santa Maria, até Sobradinho e Planaltina. E continuar se estendendo pelas cidades de Goiás.

A primeira explicação para o desligamento do metrô é a intenção de enganar o povo, fazendo nova festa de inauguração. Como as feitas entre 1993 e 1994. A segunda é querer enganar os financiadores, pressionando-os por mais recursos. É mais fácil conseguir verbas para concluir uma obra paralisada do que para a ampliação de um serviço já em funcionamento. É o que o juiz Nicolau teria tentado se sua obra estivesse concluída e ele ainda quisesse ganhar mais dinheiro.

O Ministério Público não leva em conta obra desligada. Talvez pelo absurdo que representa, fazendo pensar que seja impossível. Mas esse é um fato ainda mais grave. Interromper uma obra antes de seu funcionamento, como aconteceu com o metrô ao ser paralisado em outubro de 1994, é prova de incompetên-



cia e falta de planejamento, mas desligá-lo depois de estar em funcionamento é uma irresponsabilidade fiscal e um crime contra os usuários.

Provoca um prejuízo direto para os 20.000 passageiros diários — trabalhadores, crianças e velhos — que caminham ao lado de um meio de transporte parado, apesar de pronto para servi-los. E prejuízo à própria obra. Passados 600 dias desde que o metrô foi desligado, os funcionários contratados recebem sem que os trens andem, e, como a formação que receberam já está em parte superada, terão que ser treinados outra vez. Os equipamentos parados se deterioram; a própria construção sofre danos por falta de manutenção.

Desligado, o metrô deve estar custando até um milhão de reais por mês e vai exigir pelo menos R\$ 20 milhões na recuperação do que ficou deteriorado pela ociosidade. Além de algumas partes que se perderam definitivamente.

Essa, porém, não foi a única obra desligada nos últimos 20 meses. Além do metrô que funcionava, programas como Bolsa-Alfa, Poupança-Escola, Saúde em Casa, Mala do Livro, Temporadas Populares, Orçamento Participativo, Agroindústrias Familiares, Bolsa-Escola, Escola Candanga, um a um foram desligados. Sem justificativa, provocando custos, desperdícios e perdas sociais.

De tão absurdo o fato, o Ministério Público não tem nome para indicar obras desligadas. E o que não tem nome é como se não existisse. Por isso, esse crime passa em branco.

CRISTOVAM BUARQUE, EX-GOVERNADOR DO DF,
É PROFESSOR DA UNB

**DESLIGADO, O
METRÔ DEVE
ESTAR CUSTANDO
ATÉ UM MILHÃO
DE REAIS POR
MÊS E VAI EXIGIR
PELO MENOS R\$
20 MILHÕES NA
RECUPERAÇÃO
DO QUE FICOU
DETERIORADO
PELA OCIOSIDADE**